



Estado do Rio de Janeiro Prefeitura Municipal de Miguel Pereira

CÂMARAMUNICIPAL DE MIGUEL PEREIRA A Comissão de Justiça e Redação Em Las Hurrino de 2020

Presidente

Miguel Pereira, 17 de fevereiro de 2020.

Mensagem nº 014/2020.

Senhor Presidente,

DISCUSSÃO

PRESIDENTE

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, por intermédio de Vossa Excelência, o Projeto de Lei que "AUTORIZA O EXECUTIVO A DAR COMO DAÇÃO EM PAGAMENTO BEM IMÓVEL.

<u>JUSTIFICATIVA</u>

DATA DISCUSSÃO

PRESIDENTE

Encaminhamos a esta Colenda Casa de Leis o presente Projeto, o qual tem por finalidade obter autorização Legislativa, em observância a alínea "a", inciso I, artigo 17 da Lei Federal 8.666/93.

A pretendida dação em pagamento, é referente ao cumprimento de obrigações assumidas com a desapropriação de uma área de terras de 48.400,00 m² (quarenta e oito mil e quatrocentos metros quadrados) situada na Avenida Ary Schiavo, s/nº, de acordo com o Decreto n.º 5.602, de 29 de janeiro de 2020, e em conformidade com o Processo Judicial n.º 0000292-80.2020.8.19.0033.

Desta forma, solicitamos a análise e aprovação dos Nobres Vereadores em relação à matéria proposta.

ANDRÉ PINTO DE AFONSECA - PREFEITO MUNICIPAL – CÂMARA MUN. DE MIGUEL PEREIRA

Recebido em 17 102

Agente Administrativo Mat. 01/009

Exmo. Sr.

EDUARDO PAULO CORRÊA.

DD. Presidente da Câmara Municipal de Miguel Pereira.



Estado do Rio de Janeiro Prefeitura Municipal de Miguel Pereira

LEI N° 3.541 DE DE DE 2020.

AUTORIZA O EXECUTIVO A DAR COMO DAÇÃO EM PAGAMENTO BEM IMÓVEL.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MIGUEL PEREIRA APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a dar como dação em pagamento, o bem imóvel situado na Avenida Calmério Rodrigues Ferreira, s/n.º, designado por Lote 47, inscrito no Cadastro Imobiliário Fiscal sob o n.º 01-10412.

Art. 2° - A dação em pagamento mencionada no art. 1° é referente a área de terras de 48.400,00 m² (quarenta e oito mil e quatrocentos metros quadrados), situada na Rodovia Ary Schiavo, s/n.°, objeto de desapropriação pelo Poder Público, através do Decreto n.° 5.602, de 29 de janeiro de 2020, em conformidade com o processo judicial n.° 0000292-80.2020.8.19.033.

 ${
m Art.}\ 3^{
m o}$ – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Miguel Pereira
Em ______de _____ de 2020.

ANDRÉ PINTO DE AFONSECA Prefeito Municipal